

AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Catarinenses cobram cumprimento do Estatuto do Idoso

No mês do idoso, relatório do Ministério Público constata que terceira idade está fazendo valer seus direitos *Páginas 6 e 7*

Homenagens

Eduardo Guedes de Oliveira



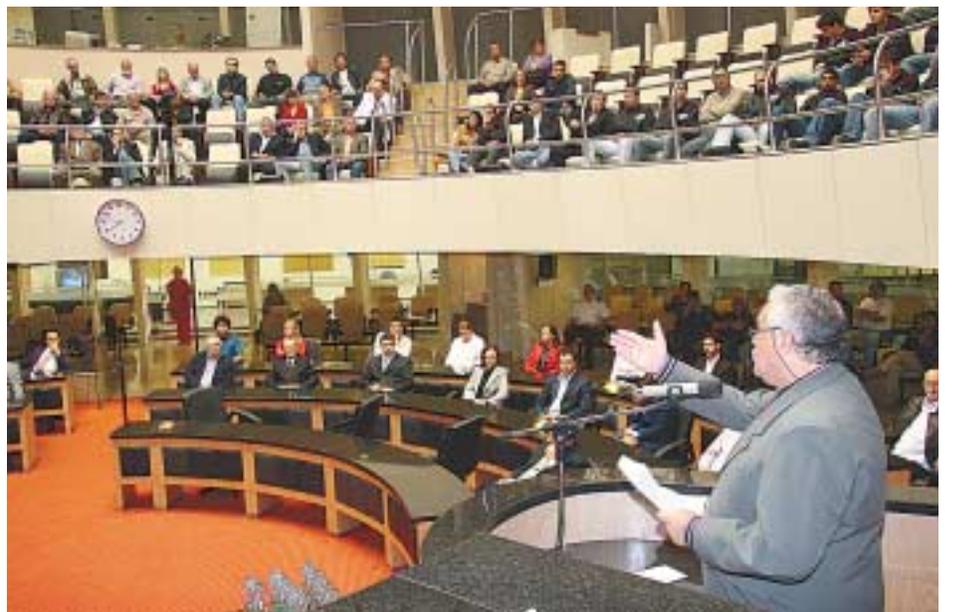
Prefeito de Joinville recebe título de cidadão catarinense

Em sessão solene que lotou as galerias do Plenário Osni Régis, dia 18, o prefeito de Joinville, Marcos Tebaldi, recebeu a condecoração por ter fortes ligações com o estado há mais de duas décadas. Há cinco

anos, Tebaldi administra a maior cidade do estado. A iniciativa da homenagem partiu do deputado Darci de Matos.

Página 3

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados lembram cinquentenário da Federação de Futebol de Salão

Os deputados destacaram, em sessão solene realizada dia 17, os 50 anos de fundação da Federação Catarinense de Futebol de Salão. Proposta pelo deputado João Henrique Blasi, a sessão resgatou um

pouco da história da entidade. O presidente João Carlos Souza destacou a trajetória de vitórias do esporte.

Página 3

Relator apresenta parecer sobre CPI da Casan no dia 25

Página 9

Jonas Lemos Campos



Comissão de Segurança intermedia conflito em Camboriú

Em reunião extraordinária da Comissão de Segurança e Serviços Públicos, realizada no dia 19, o diretor geral da Polícia Civil, Maurício Eskudlark, designou nova equipe de delegados para apurar atos de violência contra vereadores e um presi-

dente de partido em Camboriú, registrados a partir de 2005. Ele se comprometeu a apresentar relatório sobre as investigações aos deputados da comissão no prazo de 45 dias.

Página 9

OPINIÃO

Anorexia em pauta

Tramita, desde março deste ano, no parlamento catarinense, projeto de lei de minha autoria que condiciona a participação de modelos em desfiles mediante a apresentação de atestado médico que comprove o índice de massa corpórea (IMC) igual ou superior a 18 kg/m², mínimo reconhecido como saudável pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A proposta já foi aprovada nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e Finanças e Tributação (CFT). Atualmente, aguarda parecer da Comissão de Saúde para ser deliberada em plenário.

Nestes oito meses de apreciação na Casa Legislativa Catarinense, o projeto, inédito em território nacional, recebeu ampla cobertura da mídia estadual, além de alcançar, inclusive, a imprensa dos grandes centros do país.

Isto comprova a relevância desta proposição para a normatização da atividade, que está cada vez mais em evidência no Brasil e no mundo, atraindo uma legião de crianças e adolescentes.

Minha intenção é contribuir com a campanha mundial contra a anorexia, doença que, recentemente, tirou a vida de duas jovens brasileiras e que possui altos índices de mortalidade mundial. Infelizmente, o sonho de fazer carreira como modelo, em algumas ocasiões, faz com que muitas meninas prejudiquem suas vidas por distúrbios associados à alimentação. Existe um falso conceito de beleza no mundo da moda que precisa ser combatido.

É importante ressaltar que este projeto não surgiu ao acaso. Muitos países, como França, Itália, Inglaterra e Espanha, os grandes

berços da moda mundial, já instituíram esta prática. Acredito que, num primeiro momento, a medida pode causar impacto na moda catarinense, mas tenho certeza de que é de extrema valia para garantir a saúde destas profissionais.

Por este motivo, propus à Comissão de Saúde a realização de uma audiência pública com a participação de médicos, modelos, donos de agências, organizadores de desfiles e representantes do Governo do Estado para ampliar o debate em torno do assunto. Estou aberto para novas sugestões que possam contribuir e aprimorar a matéria, que prezo ser de extrema relevância. Estamos tratando, sem dúvida, de uma questão que envolve saúde pública e necessita de regulamentação.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

Santa Catarina livre de pedágios!?

Santa Catarina é o único Estado da região Sul que não tem cobrança de pedágios nem em rodovias estaduais, nem em rodovias federais. Esse título não é fruto do acaso, muito menos da falta de vontade da classe dominante em cobrar mais um imposto em Santa Catarina, pois já tentaram instalar pedágios em nosso Estado.

Na década passada, já haviam até entregue a SC-401, na Capital, à iniciativa privada. Chegou a ser construída uma praça de pedágio na comunidade de Ratoles – um monstro de concreto armado que serviu apenas para ceifar vidas em acidentes desnecessários.

E o que foi feito para que a cobrança de pedágio não vigorasse em Santa Catarina? A mobilização popular! As forças vivas da sociedade se mobilizaram e impediram a cobrança de pedágio com manifestações políticas e ações judiciais. O movimento “SC Sem Pedágio”, que tinha a então deputada estadual Ideli Salvatti como uma das protagonistas, impediu a cobrança de

pedágio na década da passada.

Agora, dez anos depois, curiosamente, o governo Lula pretende instalar sete postos de pedágios em duas rodovias federais no território catarinense, sendo três na BR-116 e quatro no trecho norte da BR-101.

O edital de licitação está pronto e a data para o leilão já está marcada, dia 9 de outubro – de forma que não é mais boato. Se a sociedade catarinense não se mobilizar novamente, teremos pedágios nas rodovias catarinenses.

Por isso, requeremos à Comissão de Transportes da Assembleia Legislativa a realização de uma audiência pública para discutir o assunto. Nossa intenção é dar um pontapé inicial à mobilização, cumprir o nosso dever de abrir espaço para a sociedade se manifestar. É preciso restabelecer o movimento “SC Sem Pedágio”, levantando e articulando as forças vivas da sociedade contra mais essa forma de extorsão da sociedade.

A sociedade em seu conjunto, de forma direta ou indireta (pois

também do custo do transporte derivam os preços de todas as mercadorias que consumimos, desde as mais sofisticadas até as mais simples), já pagou impostos para a manutenção da malha viária – e não são poucos impostos. A cobrança de pedágio é mais um imposto com o agravante de que será embolsado por empresários, por particulares e não pelo poder público. Terá, inevitavelmente, impacto sobre o preço das mercadorias e serviços, além do impacto direto sobre o orçamento das famílias que residem nas margens da BR-101 e BR-116.

A audiência pública será no dia 4 de outubro, às 14 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Convidamos todos os movimentos sociais, os sindicatos do setor de transporte e o conjunto da população para participar e darmos início ao movimento que possa impedir mais essa forma de exploração da sociedade em benefício de um pequeno número de empresários.

Deputado Sargento Soares (PDT)

Diplomata pede ajuda a prisioneiros cubanos

O diretor para América Latina e Caribe do Instituto Cubano de Amizade com os Povos (ICAP), Reynaldo Feijoo García, visitou, dia 20, a Assembleia Legislativa. García falou em Plenário sobre a situação de cinco jovens cubanos, presos há mais de nove anos nos Estados Unidos, acusados de serem espíões e terroristas. Ele pediu que a Assembleia encaminhe uma moção aos órgãos governamentais brasileiros pedindo solidariedade aos prisioneiros.

Os cinco jovens são intelectuais e cientistas que foram aos Estados Unidos entregar documentos oficiais denunciando prática terrorista a partir daquele país contra Cuba. “Os documentos foram entregues ao FBI e à CIA, com provas dessas

iniciativas terroristas. Mas, ao invés de agirem contra os denunciados, trataram de deter, julgar e condenar os denunciadores num processo que, já se demonstrou, foi absolutamente arbitrário.”, observou.

Os cinco cubanos estão presos em estados diferentes. Um foi condenado duas vezes à prisão perpétua e mais 15 anos. Outro está há pelo menos 15 meses em solitária. Outros dois nasceram nos Estados Unidos. Em vários países do mundo, incluindo o Brasil, existem 400 comitês pela libertação do grupo. García afirmou que este é apenas um dos inúmeros fatos envolvendo ações terroristas dos Estados Unidos contra Cuba, acrescentando que em 50 anos já são mais de três mil mortos, vítimas de atentados.

[AGENDA]

- **24 de setembro, 9 horas:** Comissão de Segurança Pública – Audiência pública para discutir o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania)
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **24 de setembro, 14 horas:** Comissão de Legislação Participativa – Audiência pública para debater os malefícios do amianto
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **25 de setembro, 19 horas:** Exposição do artista Plínio Verani
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **26 de setembro, 19 horas:** O Brasil em Debate na Assembleia Legislativa – Hans Donner
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **27 de setembro, 9 horas:** Seminário Estadual sobre a Função Pública das Concessões de Rádio e Televisão
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **27 de setembro, 19 horas:** Comissão de Turismo – Seminário de Sensibilização para o Combate à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes no Turismo
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **27 de setembro, 19 horas:** Sessão solene em homenagem aos 50 anos do Grupo RBS
Local: Plenário

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlainne Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Moreira, Cláudia de Menezes, Eliseu Baesso, Júlia Zanatta, Luana da Cruz, Ricardo Pitorini, Robson Barbosa e Robson Ribas.

Assembléia homenageia Tebaldi com título de cidadão catarinense

Prefeito de Joinville recebeu a condecoração em sessão solene, que lotou as galerias do Plenário Osni Régis

O prefeito de Joinville, Marco Antônio Tebaldi (PSDB), recebeu o título de cidadão catarinense em sessão solene realizada dia 18, na Assembléia. Nascido em Erechim (RS), o homenageado de 49 anos tem forte ligação com o estado há mais de duas décadas e há cinco anos administra o maior município de Santa Catarina.

Nas galerias do Plenário Osni Régis, que estiveram lotadas, muitas faixas de congratulações a Tebaldi, lembrado pelo Parlamento pelo seu trabalho, dedicação e empenho no desenvolvimento de Joinville e no engrandecimento de Santa Catarina. Um vídeo apresentado durante a sessão mostrou um pouco da sua vida pessoal e política e a realização de obras que levaram a cidade à conquista do 13º lugar em qualidade de vida no país.

Diversos parlamentares estaduais, além de outras autoridades, empresários, amigos e moradores de Joinville compareceram à cerimônia, proposta pelo deputado Darci de Matos (DEM). Ao ocupar a tribuna, Matos referiu-se ao prefeito como amigo e enalteceu o trabalho



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Emocionado, Tebaldi agradece a homenagem e as manifestações de apreço traduzidas nas diversas faixas

à frente do terceiro maior pólo industrial do Sul do Brasil. "Joinville ganhou não só um político, mas um grande amigo que tem compromisso social com uma cidade

acolhedora e de oportunidades", destacou.

O presidente da Câmara de Vereadores, Fábio Dalonso (PSDB), disse que a vida de Marco Tebaldi

sempre foi pautada pela ética, transparência, respeito ao próximo e humildade. "A Câmara compartilha esse momento e Joinville se sente orgulhosa de tê-lo como

prefeito".

A entrega do título de Cidadão Catarinense foi feita pelo deputado Darci de Matos e pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), acompanhados de alunos da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil e dos familiares de Marco Tebaldi.

Em nome do Parlamento, os deputados Darci de Matos, Edson Piriquito (PMDB), Marcos Vieira (PSDB), Manoel Mota (PMDB) e Nilson Gonçalves (PSDB) entregaram uma placa de homenagem ao mais novo cidadão catarinense.

Emocionado, Tebaldi disse que a outorga do título é a mais importante distinção de toda sua vida e que há muito tempo já se sentia um cidadão catarinense. Em seu pronunciamento, lembrou da infância, dos familiares, dos anos de vida pública e da superação de dificuldades. "Esta é uma oportunidade de dizer que o grande tributo da criação é sermos felizes e ajudarmos os outros a serem. Ser bom é ter um ideal e o dia de hoje é de profunda emoção, rara felicidade e privilégio impensado", observou.

Cinqüentenário da Federação de Futebol de Salão é comemorado

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina realizou, dia 17, sessão solene em homenagem à Federação Catarinense de Futebol de Salão (FCFS) pela passagem do cinqüentenário da entidade. A sessão foi proposta pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo na Casa, e coordenada pelo deputado Julio Garcia (DEM), presidente da Assembléia.

Um vídeo apresentado no início da solenidade mostrou fotos da galeria de presidentes, recortes de jornais com a trajetória do futsal catarinense, fotos de equipes de diferentes clubes, árbitros, lances de jogos, premiações e comemorações.

"Uma volta no tempo", como observou o deputado Julio Garcia. "Convivi com vários dos que estão aqui presentes hoje, motivo de muita alegria para mim. Graças ao esporte, tivemos uma juventude privilegiada. Praticávamos o esporte juntando cruzeiro a cruzeiro para comprar um tênis que, de tão duro, exigia muita perícia dos atletas", recordou.

Em seu discurso, Blasi também lembrou do passado e disse ser do tempo em que futsal era chamado de futebol de salão e no qual as torcidas eram para os times Cupido, Doze e Colegial. "Sou do tempo em que a bola era pesada, como pesada era a tarefa dos abnegados que conduziam o esporte, dentre os quais reponta, emblematicamente, a simbolizar todos os seus baluartes, o nome de Rozendo Vasconcelos Lima, o 'Caro', que sonhou com a construção do Palácio do Futebol do Salão", continuou.

Gerações

Falando em nome dos demais deputados, Cesar Souza Júnior (DEM) destacou que o salonismo catarinense está entre os melhores do país, resultado do trabalho de "pioneiros heróicos". "As gerações que estão chegando devem trazer para os tempos atuais o mesmo espírito esportivo que marcou o início dessa grande trajetória."

O presidente da Federação,

João Carlos de Souza, lembrou o passado amador do esporte no estado e afirmou: "Hoje, o futsal catarinense é elite e lidera o ranking nacional, com um trabalho realizado pelos times em parceria com a FCFS ao longo dos anos." Ele anunciou ainda um projeto de marketing esportivo

cujá finalidade é dar mais suporte aos clubes da categoria. Souza recebeu das mãos de Julio Garcia uma placa em homenagem ao cinqüentenário da federação, bem como um troféu por seu trabalho à frente da entidade, reconhecimento feito também ex-presidentes, dirigentes, atle-

tas, treinadores e árbitros.

Integraram a mesa o deputado Cesar Souza Júnior; o atual presidente da FCFS; o primeiro presidente da entidade, Fernando Luiz Soares de Carvalho; dirigente da federação, Ennio Selva Gentile e o ex-atleta e dirigente Édio Nunes de Souza.



Presidente da Federação, João Carlos Souza, entre os deputados Cesar Souza Júnior e João Henrique Blasi

INSTITUCIONAL

Legislação ambiental mobiliza produtores rurais de Chapecó

Comissões de Agricultura e de Turismo promovem audiência pública para discutir readequação do Código Florestal



Reunião no auditório da Epagri, em Chapecó, faz balanço do impacto da legislação ambiental no estado

Resolução sobre campos de altitude deve trazer impacto a 18 mil famílias

Uma comitiva de Lages, composta por prefeitos e vereadores da região, além do deputado Elizeu de Matos (PMDB), discutiu, na audiência do dia 17, a Resolução do Conama que trata dos Campos de Altitude, que, se colocada em prática, deve causar prejuízos para 18 mil famílias em Santa Catarina. O Ministério do Meio Ambiente estabelece critérios de uso e conservação dos campos de altitude no Brasil.

Em Santa Catarina, a proposta diz que áreas maiores de 50 hectares e acima de 850 metros de altitude serão objeto de preservação ambiental, não poden-

do ser ampliadas as atividades produtivas da agricultura, silvicultura, fruticultura e pecuária. Mantida a proposta, mais de 18 mil famílias terão suas atividades produtivas impactadas, e cerca de quatro mil trabalhadores rurais serão afetados.

A proposta de SC prevê critérios para uso e conservação dos campos de altitude previsto na Lei 11.428/06, denominada como a Lei da Mata Atlântica, dividindo em três extratos que poderão ser objeto de uso econômico obedecendo a legislação ordinária.

De 850 a 1300 metros de altitude, uso econômico obedecen-

do a lei ambiental. Entre 1300 e 1600 metros de altitude, poderá ser praticada somente pecuária extensiva. E os terrenos acima de 1600 metros de altitude serão destinados apenas à conservação da natureza.

No debate, Elizeu salientou que 90% da região serrana será área de preservação ambiental, impedindo novos empreendimentos. "Solicito aos deputados federais e ao senador que viabilizem, com urgência, uma reunião com o presidente Lula para acabar com essa história. Daqui a pouco vem um decreto e aí ficará difícil modificar", alertou.

Produtores rurais e autoridades lotaram, dia 17, o auditório da Epagri de Chapecó para debater, em audiência pública, a aplicação da legislação ambiental nas pequenas propriedades. Proposta pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), a reunião foi promovida pelas Comissões de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente, presididas pelos deputados Moacir Sopelsa (PMDB) e Décio Góes (PT), respectivamente.

Um estudo produzido pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) defende a readequação do Código Florestal, de 1965, para a realidade de Santa Catarina, levando em consideração as peculiaridades regionais. Entre elas, a consolidação das atividades instaladas na área rural e pesqueira que estejam localizadas nas margens dos rios, nascentes e cursos antes da entrada em vigor do código.

Passivo social

O presidente da Cooperativa Rio do Peixe (Coperio), de Joaçaba, Décio Sonaglio, defendeu o futuro dos 7 mil cooperados de 50 municípios do estado. "Estamos preocupados porque a aplicação da lei está colocando em xeque o futuro das propriedades rurais. Não é justo com os produtores rurais que fizeram muito pelo desenvolvimento de

SC", observou.

Respondendo por 15% do PIB estadual e cerca de 60% das exportações, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) destacou a força do campo.

"Se não revertermos a situação, estaremos à frente de forte passivo social, que causará um grande êxodo rural, superlotando as cidades. Em um país continental, é imprescindível legislar levando em conta as peculiaridades locais. Precisamos transferir competências para que cada estado e município, com suas peculiaridades, possa fazer com que a norma ambiental atenda à preservação ambiental", observou Nadal

O coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAOMP), promotor Marcelo Gomes Silva, ressaltou, na reunião, o equilíbrio necessário que o legislador precisa ter na elaboração de leis federais num país de grandes dimensões, como o Brasil.

Em Santa Catarina, a entidade é composta por 110 promotores que cuidam deste assunto. "Não podemos transigir a legislação, não fomos eleitos pelo povo para modificar as leis como os deputados foram", salientou. Ele acredita ser mais inteligente que o governo federal ache uma adequação dos interesses da população às leis que tratam do meio ambiente.

Oeste elege prioridades para Plano Plurianual da União de 2008

A comunidade de Chapecó, gestores municipais, vereadores, deputados estaduais e federais se reuniram para discutir as prioridades da região Oeste, que poderão ser incorporadas ao Plano Plurianual 2008/2011 (PPA) Nacional. O PPA prevê investimentos de R\$ 3,526 trilhões para o período em 307 programas governamentais.

O relator do PPA, deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), esclareceu que as demandas serão apresentadas na audiência regional sul, que acontecerá no dia 8 de outubro, em Florianópolis. "Temos que aproveitar a

oportunidade do relator ser da região", enfatizou.

O deputado Pedro Uczai (PT), que representou a Assembleia no encontro, defendeu a construção de uma ferrovia na região. "Está é uma oportunidade histórica. É uma resposta social, ambiental e cultural. Servirá de integração com os outros estados", acrescentou o parlamentar.

A pavimentação do trecho que vai de Paraíso, no Extremo-Oeste, até San Pedro de Missiones, na Argentina, foi defendida pelo deputado Professor Sérgio Grandó (PPS).

Fatma vê prejuízos para catarinenses

O presidente da Fatma, Carlos Leomar Kreuz, criticou a legislação federal. "O objetivo da lei é preservar. Santa Catarina está sendo tremendamente prejudicada. Brasília diz que para a meio ambiente ganhar, o estado tem que perder. Vejo dificuldade em mexer na legislação ambiental, temos pouca representação política na Câmara Federal. O que são 16 deputados?"

Para o presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Neuto de Conto (PMDB/SC), a lei ambien-

tal está antiquada. "Ele deve ser regionalizada, temos a capacidade de mudá-la de acordo com o que a população necessita", observou. Na mesma linha, o deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), fez seu discurso. "A água é essencial, precisamos preservar a nascente, mas de acordo com a nossa realidade. Temos que garantir que o crédito de carbono seja mais uma fonte de recursos para os nossos agricultores", emendou.

Seu colega de Congresso, deputado federal Celso Maldaner

(PMDB/SC), disse concordar com o tripé equilíbrio econômico, equilíbrio sustentável e equilíbrio social. "Estou preocupado com a agricultura familiar, esse é meu foco em Brasília, não temos mais sucessor rural em cerca de 30% das famílias agricultoras do nosso estado".

O deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC) defendeu que as audiências se estendam por todo o estado para que a sociedade saiba das ações que estão sendo tomadas para resolver questões de preservação e de produção.

Audiência debate venda de não-farmacêuticos em drogarias

Reunião acirra discussão em torno da matéria, que aguarda posição da Anvisa para seguir tramitação na Comissão de Saúde

Audiência pública realizada no dia 18 debateu o Projeto de Lei nº 62/07, de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM), que dispõe sobre a regulamentação da lei para comercialização de produtos de caráter não-farmacêutico pelas farmácias e drogarias. Na reunião, foi formada uma comissão com representantes das entidades para a elaboração de um documento. O texto será anexado ao parecer final do relator do projeto, deputado Serafim Venzon (PSDB).

Para o autor do projeto, o estabelecimento farmacêutico é um importante agente de saúde que, além de vender medicamentos,

pode oferecer mais serviços à população. Merísio acredita que os municípios de pequeno porte seriam os mais beneficiados com a regulamentação do projeto, e citou o exemplo de Xanxerê, cidade com aproximadamente 40 mil habitantes, e que tem 28 farmácias.

“Em Xanxerê, 90% dos estabelecimentos já comercializam diversos produtos, e caso seja proibida sua venda, mais da metade irá fechar suas portas, ou seja, 14 delas”, frisou o democrata, afirmando não entender o motivo da contrariedade do setor farmacêutico, já que a proposição está em conformidade

com o que prevê a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

A matéria já foi apresentada na Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável com o acolhimento de uma emenda modificativa do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), alterando alguns dos artigos do projeto original.

A emenda retira ainda do projeto a venda de alimentos como biscoitos, chocolates, confeitos, farinhas, cereais, como também a comercialização de produtos diversos como caixa de fósforos, isqueiros, canetas, pilhas, entre outros produtos correlatos.

Jonas Lemos Campos



Conselho regional defende especialização do serviço. Para deputados, isso acarretará fechamento de farmácias

Conselho Regional defende especialização dos serviços de saúde

Com a apresentação da campanha estadual “A farmácia não é um simples comércio e que a vida não tem preço”, o representante do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, Laércio Batista Júnior, manifestou a posição contrária da entidade ao projeto. Ele argumentou que a única forma de sobrevivência das farmácias e drogarias é na especialização dos serviços de saúde.

“Com a venda dos produtos não-farmacêuticos estaremos descharacterizando o caráter de um estabelecimento de saúde, fazendo com que o medicamento seja um produto qualquer. É preciso sair

do conceito de comércio e se voltar para o conceito de saúde pública”, explicou.

Para a diretora da Vigilância Sanitária do Estado, Raquel Ribeiro Bittencourt, o projeto de lei, mesmo com a emenda acatada pela CCJ, apresenta contradições entre os artigos. Recomendou que os deputados fiquem atentos à Resolução nº 69, de 2003, que propõe a regulamentação de alguns serviços de saúde como inalação, nebulização, medição e monitoramento da pressão arterial e da temperatura corporal, bem como a realização de pequenos curativos e colocação de brincos, entre outros serviços. “A

consulta pública que está sendo realizada pela Anvisa está recebendo várias sugestões e nós podemos dar a nossa contribuição”, declarou Raquel.

A presidente do Sindicato dos Farmacêuticos, Caroline Junckes da Silva, também contestou o projeto original. “Não é a venda desses produtos que irá manter e vencer as dificuldades financeiras, principalmente das pequenas farmácias, mas os serviços de saúde prestados com qualidade.” O projeto de lei está em diligenciamento aguardando posição da Anvisa, para posteriormente ser apresentado na Comissão de Saúde.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

CASA MILITAR

A Casa Militar foi instituída no Regimento Interno, através da Resolução DP nº 001/2004. A competência pela segurança é privativa da Mesa da Assembléia, sob a direção do presidente, sem intervenção de qualquer outro Poder. A Casa Militar, vinculada ao Gabinete da Presidência, é uma assessoria destinada, fundamentalmente, ao policiamento do edifício da Assembléia, suas dependências externas, proteção dos parlamentares, dos funcionários e de todo cidadão que estiver visitando o Legislativo estadual. O serviço de segurança é executado por profissionais de segurança, integrantes do quadro ativo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, que por requisição ao governo do Estado são postos à disposição da Casa Legislativa e dirigidos por um Oficial Superior designado pelo presidente.

As funções abrangem dois tipos de demandas: recorrentes e emergentes ou residuais. As demandas recorrentes são as atividades regimentais, por exemplo, o acompanhamento do presidente da Assembléia Legislativa em suas atividades externas; a intermediação nas relações do Poder com autoridades militares da área; a colaboração com a chefia de gabinete da presidência na preparação das audiências, as agendas e os roteiros de viagens do presidente, planejamento e execução do serviço de segurança do estabelecimento físico da Assembléia Legislativa e segurança dos deputados, funcionários e visitantes da Casa. As demandas emergentes ou residuais dizem respeito a necessidades eventuais e de apoio a outras diretorias e coordenadorias como registro de autoridades em audiências públicas, sessões solenes

Com exceção dos policiais militares que fazem a segurança, é proibido o porte de arma de qualquer espécie aos visitantes, funcionários e parlamentares no edifício da Assembléia Legislativa e suas adjacências. O acesso e a permanência serão permitidos a qualquer cidadão que estiver convenientemente trajado, devidamente identificado na recepção e portando crachá. O visitante pode ingressar e permanecer no Palácio Barriga Verde e seus anexos durante o expediente e assistir das galerias as sessões do Plenário e as reuniões das comissões permanentes.

A Casa Militar da Assembléia Legislativa atualmente é comandado pelo Tenente Coronel Ivon de Souza, que desenvolve uma gestão participativa, que ele considera fundamental no conjunto das iniciativas para construção de uma segurança verdadeiramente legítima. Para viabilizar esta proposta, existe um investimento continuado em inovação e atualização dos profissionais envolvidos, bem como a busca de alternativas estratégicas e tecnológicas para as questões de segurança preventiva. “Para que a gestão participativa possa ser implementada todos têm de conhecer, ainda que minimamente, a estrutura e a dinâmica das relações no espaço de trabalho e seu entorno. Por isso acolhemos, respeitamos e discutimos todas as sugestões que nos são passadas. Esta nova postura se alinha com uma nova política de segurança e este é o nosso grande desafio”, declara o chefe da Casa Militar.

Fonte: Casa Militar

Começa curso de política

Com apoio da Escola do Legislativo, começou esta semana o 44º Curso de Estudos de Política e Estratégia, oferecido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg). As aulas que vão até dezembro são ministradas por profissionais da área.

Os encontros acontecem de duas a três vezes por semana, das 19h30min até as 22 horas, na Assembléia Legislativa.

A aula inaugural foi ministrada pelo brigadeiro Hélio Gonçalves,

no Plenarinho Paulo Stuart Wright. O programa é composto ainda por diversas palestras cujos temas são relevantes para o desenvolvimento do Brasil, como política, estratégia, desenvolvimento, segurança, planejamento, entre outros.

O curso acontece em diversas cidades do país e é atualizado constantemente. Maiores informações podem ser obtidas na Escola Legislativa pelo telefone (48) 3221-2828 ou pelo site www.alesc.sc.gov.br/escola.

ESPECIAL



Professora Ângela Maria Alvarez, coordenadora do NETI, na defesa dos protagonistas do processo de envelhecimento

Núcleo da Terceira Idade é pioneiro no País na luta pela cidadania

No mês de agosto o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), completou 25 anos de atividade. De acordo com a atual coordenadora do núcleo, professora Ângela Maria Alvarez, o NETI foi pioneiro no país no ambiente acadêmico universitário. "Nosso olhar é completamente voltado para a educação, pois entendemos que a pessoa pode aprender ao longo de toda a sua vida", explicou.

Os alunos do NETI têm compromissos, tarefas e responsabilidades como qualquer estudante. Mas suas aulas são diferentes. Aprendem, por exemplo, a contar histórias. Lição com nota máxima, pois daí surgiu o grupo "Hora da História", em permanente intera-

ção com diferentes faixas etárias. A intenção do NETI no entanto, é muito maior. Passa por motivar e preparar os idosos para que atuem na sociedade discutindo as questões próprias do envelhecimento. "Eles devem ser atores principais desse processo", observou.

Após formados, os senhores e senhoras são incentivados a atuar como voluntários e acabam por servir de referência para outros da mesma faixa etária. Com isso, as turmas do NETI estão sempre cheias. Hoje existem 600 pessoas matriculadas em cursos de informática, formação de monitores, teatro, inglês, italiano, espanhol, francês e alfabetização, por exemplo. "As formaturas dessas turmas são sempre muito emocionantes. As famílias participam e é eviden-

te o orgulho que sentem de seus pais e avós."

Darling Ayala tem 71 anos e experimentou esta emoção. Ela é monitora de grupos de idosos e recepcionista do núcleo. Nascida no Paraguai, mora há 45 anos no Brasil e a 18 em Santa Catarina, dos quais 12 vividos no NETI. "Estava vivendo a época das perdas. Fiquei viúva, os filhos seguiram seus caminhos e a solidão estava me rondando. Aqui a gente percebe que ainda tem muito a aprender e muito a ensinar", comemora. O mesmo foi percebido por Marli Moreira, 68 anos. Secretária executiva aposentada, ela é voluntária do projeto Resgate Histórico do NETI. "É um trabalho que domino e tenho prazer em realizar."

Idoso luta para tornar estatuto realidade em Santa Catarina

Ministério Público atesta que catarinenses estão fazendo valer seus direitos. No ano passado, foi registrado aumento de 108,11% em ações civis públicas movidas para cobrar cumprimento da lei

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Com rendimento médio de R\$ 657,00, 62,4% dos idosos mantêm lares

Andréa Leonora

No mês do idoso, uma constatação positiva: o promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, do Ministério Público, Leonardo Henrique Marques Lehmann, tem números que comprovam que os catarinenses estão recorrendo cada vez mais ao Estatuto do Idoso. O relatório de atividades dos promotores reúne informações de todas as comarcas do estado e mostra que em 2005, quando o assunto passou a ter uma categoria específica para o acompanhamento de casos, foram abertos 139 inquéritos civis ou processos administrativos motivados pela desobediência ao estatuto, número que aumentou em 148,92% já no ano seguinte, passando a 346 inquéritos e processos.

Quando estes procedimentos não alcançam os resultados esperados, são ajuizadas ações civis públicas. Em 2006 foram abertas 77 dessas ações, número 108,11% maior que o registrado em 2005, exercício encerrado com 37 ações.

O caso que mais tem chamado a atenção, pelo ineditismo, veio da Comarca de Modelo. A promotora moveu uma ação contra a Caixa Econômica Federal por não ter verificado a real vontade de um cliente idoso de assumir um empréstimo. "Muitas vezes há uma exploração por parte de parentes ou agregados que fazem o aposentado arcar

com um empréstimo sem que este sequer saiba o que está fazendo. Mas, quando o desconto aparece no pagamento, há a contrariedade. É uma situação comum, mas raras vezes denunciada."

Os casos mais comuns observados em Santa Catarina são a garantia do direito de gratuidade no transporte coletivo interestadual e a verificação de riscos para os idosos, quando se percebe que seus direitos estão sendo violados pelo Estado, pela família, pelo curador ou por condição pessoal. "Existem situações em que o idoso está exposto à agressividade de um filho dependente químico, por exemplo. Neste caso, o filho é que é conduzido ao tratamento", observou Lehmann.

Outra ação frequente da promotora é a fiscalização em asilos por denúncias de maus-tratos. Os casos recentes que mais chamaram a atenção ocorreram em Braço do Norte, Cocal do Sul, Sombrio e Florianópolis. Em um deles, a responsável pela instituição, para escapar da fiscalização, transferiu o asilo de um município do Norte para outro no Sul do estado. Além das más condições, a responsável obrigava a assinatura de uma procuração para se apossar de aposentadorias e pensões. "Esta casa foi fechada e os abrigados foram todos conduzidos de volta às suas famílias ou, pelo menos, para entidades em suas regiões", contou o promotor.



Promotor Lehmann do Centro de Apoio Operacional da Cidadania

Raio-X no Brasil

- São 16 milhões de idosos
- 6% vivem com apenas um salário mínimo
- 56,7% vivem com até 3 salários mínimos
- 33% não têm a garantia de pelo menos três refeições diárias
- 62,4% são responsáveis por pelos domicílios
- A idade média é de 69 anos
- A escolaridade média é de 3,4 anos
- O rendimento médio é de R\$ 657,00
- Rio de Janeiro e Porto Alegre têm mais idosos
- Em 1980, existiam 16 idosos para cada 100 crianças. Em 2000, essa proporção passou para quase 30 idosos por 100 crianças.
- Em 2000, para cada 100 homens com idades de 60 a 74 anos, haviam 133 mulheres na mesma faixa etária

Fonte: IBGE/2002

Quase 10% da população são idosos

O Brasil está envelhecendo. Se por um lado a população apresenta queda na taxa de fecundidade, por outro, com melhores condições de vida e avanços da medicina, vive-se mais. O resultado dessa equação aparece no Relatório Nacional sobre o Envelhecimento da População Brasileira que demonstra que os maiores de 60 anos correspondiam a 4% dos brasileiros em 1940. No ano passado, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice passou a 9,3%, chegando a 16 milhões de idosos em uma

população total de 181 milhões de pessoas.

Dentro deste universo, cresce também o índice de mais velhos, aqueles que passaram dos 80 anos. No início dos anos 40 eram 166 mil pessoas em todo Brasil. Em 2000, já somavam 1,8 milhão, 12,6% dos idosos e 1% da população total do país.

Mantido o ritmo atual, até 2025 o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas, conforme projeção feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS). No mundo todo, até 2050, serão cerca de dois bilhões de ho-

mens e mulheres com mais de 60 anos, 80% deles vivendo nos países em desenvolvimento. Ainda de acordo com o IBGE, a expectativa média de vida do brasileiro aumentou de 66 para 68,6 anos só na última década, algo que os países europeus levaram aproximadamente um século para alcançar.

Em Santa Catarina, o índice de idosos segue a tendência do país. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2005, mostra que são 9,2% da população de 5.866.568 de residentes no estado, ou quase 540 mil pessoas.



Secretária executiva aposentada, Marli é voluntária do projeto Resgate Histórico do NETI

Mudança no perfil da população exige leis que garantam qualidade de vida

O aumento do número de idosos tem implicações diretas sobre relações de consumo, pagamento de aposentadorias e pensões, mercado de trabalho, saúde e assistência médica, para citar apenas alguns aspectos.

A situação exige medidas que garantam a esta fatia da população intervenções sociais, educacionais, culturais e econômicas. E esse entendimento é ainda recente na legislação do país. Prova disso é que somente na Constituição Federal de 1988 foi aplicado o conceito de Seguridade Social, transformando para cidadania o enfoque da rede de proteção social, até então meramente assistencialista.

A partir daí a atenção ao tema só fez aumentar.

A Política Nacional do Idoso, de 1994, deu continuidade ao processo iniciado pela Constituição. Mais tarde, em 1997, veio a articulação com vistas ao lançamento do Plano de Ação Governamental para o assunto, envolvendo os ministérios da Previdência e Assistência Social, da Educação, da Justiça, da

Cultura, do Trabalho e Emprego, da Saúde, do Esporte e Turismo, do Transporte, do Planejamento e do Orçamento e Gestão. Em 1999, o Senado Federal instituiu o dia 27 de setembro como Dia Nacional do Idoso e o mês de setembro é hoje considerado o

Mês do Idoso, período em que se promovem debates sobre o tema. O auge desse processo só se deu em 2003, com a sanção do Estatuto do Idoso após sete anos de tramitação no Congresso.

O documento é regido por princípios que garantem o direito dos mais velhos a uma ocupação e trabalho, à cultura, à justiça, à saúde e à sexualidade, à participação da família e da comunidade, em contraposição à imagem ainda hoje incorporada em nossa sociedade onde o idoso aparece sempre como dependente, depressivo e sem projetos pessoais, por mais simples que estes sejam.

ESPECIAL

Assembléia traz talento de Hans Donner

Designer estará em Florianópolis, dia 26, para falar sobre criatividade no programa O Brasil em Debate

O talento e a criatividade do designer Hans Donner serão apresentados ao público catarinense no dia 26 de setembro, no programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa, que será realizado no Auditório Antonieta de Barros, às 19 horas. Numa promoção da Assembléia, com o apoio do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina e da Associação Catarinense de Imprensa, a palestra abordará temas como a vida, rela-

ção e a paixão do artista pelo Brasil, a criação da marca e a identidade visual da Rede Globo. A concepção do "timedimension" e a associação com a Microsoft também serão tratadas pelo designer.

Hans Donner nasceu na Alemanha, onde ficou por apenas dois anos. Terminou seus estudos na Hoherer Graphische Bundeslehr- und-Versuchsanstalt, em Viena, capital da Áustria, uma das escolas de design mais

famosas da Europa, quando a perspectiva de uma promissora carreira surgiu. Depois de assistir a uma reportagem sobre pintura rupestre e material de propaganda criado pelos designers brasileiros, Donner decidiu tentar a vida aqui.

Depois de bater em várias portas, na véspera de esgotar-se o prazo que ele próprio dera para desistir de tudo e voltar para a Europa, sua sorte mudou: recebeu um

convite para trabalhar na maior emissora de televisão do país, a Rede Globo. Nos últimos 30 anos, suas criações estiveram presentes diariamente em dezenas de milhões de casas brasileiras.

Com o título de "mago dos efeitos visuais", a televisão não é a única área onde se manifesta a criatividade de Donner. O designer vem trabalhando em áreas que vão da moda à arquitetura.



Gente de expressão e palestras de conteúdo

O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa já trouxe diversas personalidades.

Agora, Hans Donner com o tema "Talento e Criatividade".

26 de Setembro às 19h, no auditório Antonieta de Barros.

Transmissão ao vivo pela TVAL (exceto para Florianópolis) e pela Rádio ALESC Digital - www.alesc.sc.gov.br

Realização

ASSEMBLÉIA
Cada dia mais presente na sua vida



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Apoio



COMISSÕES

Designada nova equipe para Camboriú

Delegado geral da Polícia Civil se compromete a investigar denúncias de violência contra vereadores do município

Em reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública da Assembléia, no dia 19, o delegado geral da Polícia Civil, Maurício Eskudlark, se comprometeu a investigar as ameaças sofridas por vereadores em Camboriú. Desde 2005, vereadores de oposição e um presidente de partido têm sofrido diversos atentados.

Eskudlark designou uma nova equipe para cuidar do caso: os delegados da DEIC, Ilson da Silva e Renato Hendges, e o delegado Nilton Andrade, da Corregedoria da Polícia Civil. Ele se comprometeu a apresentar à comissão um relatório sobre as investigações no prazo máximo de 45 dias.

O presidente da comissão, deputado Dirceu Dresch (PT), ao conduzir o encontro, esclareceu que o papel do Parlamento, no caso de Camboriú, não é de apurar os fatos, mas de intermediar o debate e contribuir com o processo da democracia e liberdade.



Em reunião extraordinária, Comissão de Segurança media debate para apurar atentados e perseguição política

Autor do pedido da reunião, o deputado Edson Piriquito (PMDB) solicitou o afastamento do delegado Júlio Machado, presente à reunião, e que responde interinamente no município.

Na reunião, foram ouvidos

os vereadores Claudinei Loos (sem partido), Imenésio de Souza (PDT), Lucien Aguiar (PT), Silvano Garcia (PR) e Marli T. Schmitt Garcia (PP).

Todos reclamaram de perseguição política e do não anda-

mento dos inquéritos policiais. Além de Piriquito, os deputados Sargento Amauri Soares (PDT), Nilson Gonçalves (PSDB) e Kennedy Nunes (PP) acreditam em crime político e cobraram soluções da polícia.

Entenda o caso

Segundo vereadores, os atentados iniciaram em 2005, quando foi aberta uma CPI para investigar o superfaturamento de obras pelo prefeito Edson Olegário (PSDB). O vereador Claudinei Loos (sem partido) tem sido um dos principais alvos, tendo sofrido sete atentados; sua casa já foi atingida por 22 disparos de arma de fogo.

O atentado mais recente foi no dia 7 de setembro, quando dois homens atacaram seu escritório disparando cinco tiros. Outro vereador, o presidente da Câmara, Imenésio Boca (PDT), foi alvo de disparos que quase mataram sua esposa. O vereador Lucien Aguiar (PT) teve a casa invadida e o vereador Silvano Garcia (PR) sofreu agressões físicas.

CCJ adia para dia 25 parecer sobre CPI da Casan

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou para o dia 25 a apresentação do parecer do deputado Marcos Vieira (PSDB) para definir a delimitação da investigação da CPI da Casan, criada para apurar denúncias de uso eleitoral da autarquia. O parecer seria apresentado na reunião ordinária do último dia 18.

O PP cobrou que o parecer em resposta ao requerimento do deputado Renato Hinnig (PMDB) fosse apresentado na data prevista. Alegando amparo regimental e embasamento legal, o deputado Vieira, relator do requerimento, propôs e teve a aprovação da maioria dos membros da comissão para a distribuição da cópia dos autos aos parlamentares e de apresentar seu parecer ao requerimento somente na reunião da CCJ da próxima semana.

A decisão frustrou a expectativa do deputado Joares Ponticelli (PP). "É uma protelação descabida, o que demonstra que o governo não quer investigação, quer enterrar a CPI", criticou. O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), disse que "há respaldo legal sobre o prazo em questão."



Membros da CCJ dão mais uma semana para relator emitir parecer

Obras

Entre as matérias aprovadas pela CCJ, está o Projeto de Lei 381/07, do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que institui a obrigatoriedade das empresas concessionárias de serviços públicos, como Casan e Celesc, responsáveis por obras que impliquem em retirada total ou parcial do calçamento ou pavimento de via pública, em restituir a sua condição original em até 48 horas após o término da obra.

Por unanimidade foi aprovado o Projeto de Lei 378/07, do deputado Marcos Vieira, que institui o Dia Estadual de Divulgação, Prevenção e Combate à Fibrose Cística, a ser celebrado anualmente no dia 5 de setembro. É uma doença herdada geneticamente, que afeta um em cada 2 mil recém-nascidos e geralmente é diagnosticada na infância. A fibrose cística provoca o funcionamento anormal das glândulas produtoras de muco, suor, saliva, lágrima e suco digestivo.

Finanças debate reajuste de taxas estaduais

A alteração de dispositivos da Lei nº 7.541/88, que concede reajuste a taxas estaduais dos atos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, acirrou debate, dia 19, na reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). O Projeto de Lei nº 229/07, de origem do Executivo, relatado pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), prevê reajuste em torno de 11%, sendo usado como índice o INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor).

A matéria teve pedido de vista em gabinete formulado pelos deputados Décio Góes (PT), Odete de Jesus (PRB) e Silvio Dreveck (PP). O deputado Hinnig apelou que os pareceres sejam apresentados na próxima reunião, uma vez que o projeto tramita em regime de urgência. O presidente da Comissão, Jorginho Mello, alertou os parlamentares que diante desta condição, apesar do pedido de vista, a matéria poderá ser chamada ao Plenário a qualquer momento, por estar com prazo de tramitação vencido, que seria de 45 dias.

O deputado Joares Ponticelli

(PP) lembrou que a proposta havia sido lida no expediente em 26 de junho, recebendo parecer favorável do deputado Marcos Vieira (PSDB) na Comissão de Constituição e Justiça em 3 de julho. "O PP denunciou ser este o maior tarifaço que o Executivo iria propor, com aumento de taxas que variavam de 10% a 9.500%", afirmou Ponticelli. De acordo com o parlamentar, foi então apresentado um substitutivo global com os atuais índices.

Hinnig esclareceu que o substitutivo global não cria nenhuma nova taxa, apenas reajusta de acordo com a inflação.

Aprovados

A comissão aprovou por unanimidade proposta de lei do deputado Marcos Vieira, que autoriza o Executivo a instituir em regime especial de atendimento, para fins de renda e emprego, as mulheres vítimas de violência conjugal.

Também referendou projeto de lei do deputado Kennedy Nunes (PP), que institui Programa Estadual de Incentivo à Adoção.

PLENÁRIO

Aprovados

Projeto compensa a emissão de gases de efeito estufa com árvores

De autoria do deputado Professor Sérgio Grando (PPS) foi aprovado no dia 18 o Projeto de Lei nº 67/07, que obriga promotores de eventos em locais públicos a compensar a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) gerados pela atividade através do plantio de árvores. O cumprimento desta norma ocorrerá no prazo máximo de 30 dias a contar da realização do evento, sendo que o documento comprobatório deste ato deverá ser encaminhado ao órgão responsável pelo alvará para a realização do evento.

São atingidos pelo projeto empresas, associações ou indivíduos responsáveis pela realização de eventos em parques e praças públicas que envolvam a circulação de pessoas, como shows, práticas desportivas, concertos, exposições e eventos do gênero,

A proposição determina ainda que o número de árvores seja definido por instrução normativa expedida pelo órgão estadual competente, no caso a Fatma, após a regulamentação desta Lei

pelo Executivo. A área que será beneficiada com o plantio das árvores deverá ser delimitada em croqui com dimensionamento e detalhamento de onde será feita a compensação ambiental, não necessitando estar localizada



Grando: consciência ecológica

na área do evento. As árvores a serem plantadas serão obrigatoriamente espécies nativas.

A empresa, associação ou indivíduo que violar esta lei sofrerá multa de R\$ 1 mil por dia no atraso do seu cumprimento, terá indeferido permanentemente quaisquer outros

pedidos de alvará para futuros eventos e não poderá gozar de benefícios previstos nas leis de incentivo à cultura, ao turismo e ao esporte.

Justificativa

Professor Grando enfatiza que o Estado e os municípios precisam se engajar na definição de políticas públicas para reduzir o aquecimento global. Estudos científicos mostram que uma das formas mais eficazes de controlar a emissão de gases do efeito estufa é o plantio de árvores, já que elas absorvem o dióxido de carbono (gás carbônico).

Calcula-se que eventos como Oktoberfest, de Blumenau, com público estimado de 600 mil pessoas, tenha que compensar a emissão dos GEE com o plantio de 3.800 mudas de árvores. A Marejada, de Itajaí, por exemplo, que recebe anualmente 135 mil pessoas, compensaria com 858 árvores, enquanto a Festa do Pinhão, de Lages, que tem 300 mil foliões por ano, seria responsável pelo plantio de 1.900 árvores.

Comércio de metal usado com procedência

Os parlamentares aprovaram dia 18, o Projeto de Lei nº 69/07, do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que determina que os estabelecimentos comerciais que comprem materiais usados para revenda - fios, arames, peças, tubos, tampos e outros do gênero, em aço, cobre, alumínio, zinco, ferro ou outro tipo de metal - ficam obrigados a manter em seu poder, devidamente atualizado, cadastro com os dados pessoais e o endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras.



Parisotto: freio à onda de roubo

Os estabelecimentos deverão apresentar o cadastro à fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado ou à autoridade policial ou jurídica, sempre que for solicitado.

Segundo o parlamentar, é assustadora a crescente onda de roubo de cabos de transmissão de energia elétrica e de empresas telefônicas, que vivem atualmente um drama na área de manutenção de rede.

Os furtos também ocorrem com tampos de bueiros, placas de bronze em cemitérios e outros objetos, que começam a perturbar a ordem pública, ocasionando não apenas prejuízos financeiros, mas graves problemas sociais, justifica o autor. "São pequenas, mas bem organizadas quadrilhas que atuam no país. Esse material é revendido para donos de ferro-velho ou outro tipo de estabelecimento. Com o cadastramento, as autoridades policiais e o Fisco Estadual terão subsídios para controlar e investigar a prática criminosa.

Deputados fazem balanço das estradas na Semana Nacional do Trânsito

Aproveitando a Semana Nacional do Trânsito, comemorada de 18 a 25 de setembro, vários deputados voltaram a destacar o elevado número de acidentes nas rodovias do Brasil. O deputado Marcos Vieira, líder do PSDB na Casa, fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). De acordo com o parlamentar a situação crítica das rodovias federais pede investimentos urgentes e sérios.

Marcos Vieira lembrou também que o gasto em hospitais públicos poderia ser reduzido se ocorressem menos acidentes, pois são 32 mortes a cada 100 mil habitantes. "Santa Catarina gasta por ano cerca de R\$ 3 milhões com os hospitais públicos e na maioria dos casos atende acidentados. O governo federal liberou R\$ 71 milhões para as rodovias federais do estado, mas esse valor é muito baixo", salientou. Vieira sugeriu que o Legislativo catarinense se una para, independente de parti-

do, reivindicar mais investimentos para as rodovias federais.

Diante das cobranças do líder do PSDB, a deputada Ana Paula Lima (PT) declarou que o presidente Lula tem cuidado das rodovias federais e que nem todos os acidentes automobilísticos estão relacionados à situação das estradas. "Muitos dos acidentes estão relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas e ao crescimento da frota de veículos", comentou. A parlamentar salientou ainda que o governo federal está consciente dessa situação e realiza campanhas para alertar e amenizar a situação.

Independência

Os acidentes que aconteceram no feriado da Independência, 7 de setembro, foram o mote do discurso do líder do PP, deputado Kennedy Nunes. Conforme estatísticas, somente nas rodovias federais aconteceram 80 mil

acidentes durante o feriadão em todo o país, com mais de 200 mil pessoas envolvidas. "Esses acidentes acabam superlotando as UTIs (Unidades de Tratamento Intensivo) e os leitos dos hospitais. Estamos vivendo uma carnificina", lamentou.

Autor do projeto de lei que prevê que 10% dos recursos obtidos com multas de trânsito sejam destinados para hospitais filantrópicos, o deputado Professor Sérgio Grando (PPS) defendeu sua proposta. "A maioria das vítimas de acidente de trânsito é encaminhada para os hospitais comunitários", justificou.

Diante da realidade no trânsito brasileiro, o deputado Elizeu Mattos (PMDB) fez um apelo ao Congresso Nacional para reformar a legislação de trânsito. De acordo com o parlamentar, é preciso rever também a educação no trânsito, pois a imprudência de muitos motoristas contribui para o alto índice de acidentes.

Soares participa de reunião em Imbituba

O deputado Sargento Soares (PDT) esteve reunido em Imbituba com lideranças do PDT e do PMDB, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, prefeito José Roberto Martins (PSDB), entre outras autoridades, para tratar do abaixo-assinado de 55 PMs, dos 61 que integram a corporação no município. Eles cobram solução para atitude do delegado do município, que, segundo o documento, está dificultando a ação da PM local.



Soares: abaixo-assinado de PMs

Peninha elogia ramal ferroviário no Alto Vale

O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) está entusiasmado com o projeto para a reimplantação de um ramal de transporte ferroviário no Alto Vale do Itajaí. "Com a melhor situação portuária do estado, temos muito pouco em termos de transporte ferroviário, e a notícia da reativação é muito boa", enfatizou. A reimplantação da ferrovia desde o Alto Vale até o Litoral vai reduzir pela metade os custos do transporte.



Peninha: menos custo

PLENÁRIO

Jailson anuncia emendas para Hospital Regional de Rio do Sul

Os deputados federais catarinenses Décio Lima, Cláudio Vignati, Carlito Merss, todos do PT, João Matos (PMDB), Nelson Goetten (PR), Odacir Zonta e Ângela Amin, ambos do PP, e a senadora Ideli Salvatti (PT/SC) garantiram ao deputado Jailson Lima (PT) que apresentarão emendas ao Orçamento da União para 2008 no total de R\$ 1,5 milhão para dotar o Hospital Regional de Rio do Sul com uma unidade de oncologia.

“Além disso, os parlamentares com quem conversei também se comprometeram a encaminhar emenda da bancada catarinense para assegurar outro R\$ 1 milhão”, informou Jailson em manifestação na tribuna na quarta-feira, 19. Para este ano, o Hospital pode receber R\$ 700 mil que se destinarão a equipar a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) cuja área física está sendo ampliada.

A negociação foi aberta na semana passada, quando o governo federal desvinculou R\$ 2 bilhões para aplicação imediata na Saúde. “É preciso a remessa urgente de projeto ao Ministério da Saúde detalhando as necessidades para equipar o setor. Com isso, podemos garantir os recursos”, afirmou.

Emenda 29

Jailson ainda disse que sua visita a Brasília também teve como objetivo discutir a Emenda 29, que fixa os percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, estados e municípios.

De acordo com o deputado, a emenda obrigou a União a investir em saúde, em 2000, 5% a mais do que havia investido no ano anterior e determinou que nos anos seguintes esse valor fosse corrigido pela variação

nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

Os estados ficaram obrigados a aplicar 12% da arrecadação de impostos, e os municípios, 15%. “Muitos estados não estão cumprindo essa regra. Se todos cumprissem isso representaria a inclusão de aproximadamente R\$ 5 bilhões no orçamento da saúde.”



Jailson: garantia de Brasília

Goulart divulga novos locais para tratamento oncológico pelo SUS

O deputado peemedebista Genésio Goulart ocupou a tribuna nesta quinta-feira (20) para anunciar a publicação no Diário Oficial de 19 de setembro da Portaria 502, que habilita três hospitais catarinenses para a realização de cirurgias oncológicas e tratamento de quimioterapia e radioterapia pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A portaria assinada pelo secretário do Ministério da Saúde, José Carvalho, contempla o Hospital Universitário Santa Terezinha, lo-

calizado em Joaçaba, o Hospital de Caridade, em Porto União, e o Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão.

O deputado Joares Ponticelli (PP), em aparte, ressaltou que há muito tempo que esses pleitos são reivindicados pela região da Amurel, destacando a participação do secretário de Saúde, deputado Dado Cherem (PSDB), da secretária adjunta de Saúde, Carmem Zanoto, e do colega Genésio Goulart na concretização do pleito.



Genésio: Hospitais credenciados

Banco de sangue será reaberto em Canoinhas

O município de Canoinhas, no Planalto Norte, voltará a

dispor de um banco de sangue. Segundo o deputado Antônio Aguiar (PMDB), está sendo retomada a participação do Hemosc junto ao hospital da cidade, que tinha o único banco de sangue e que foi fechado em 2005. Canoinhas tem o maior número de doadores de sangue concentrados em apenas uma região e é exemplo de solidariedade, lembra o parlamentar, sendo considerada a Capital Catarinense do Doador Voluntário de Sangue.

Ao mesmo tempo, o deputado lembrou da Lei n.º 13.981, de 26 de janeiro deste ano, que

instituiu a segunda semana de setembro como a Semana da Tipagem Sangüínea no Estado.

A medida visa a promover a cultura da tipagem, tornar o evento de elevada importância a cada ano, mobilizar e agregar sindicatos e entidades a divulgarem a importância de cada cidadão conhecer seu tipo sangüíneo. A lei, assinada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), prevê a participação de estabelecimentos públicos e privados no incentivo e promoção de eventos com essa finalidade.



Aguiar: Participação do Hemosc

[GABINETES]

PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO

O Instituto de Educação do Estado (IEE) promoveu nesta segunda-feira a aula inaugural do seu cursinho pré-vestibular gratuito. O evento aconteceu no auditório do colégio, tendo a aula inaugural ministrada pela professora e deputada Odete de Jesus (PRB), autora da Lei 12.278/02, que possibilitou à Secretaria de Educação a implantação desse benefício nas escolas públicas. Os 111 alunos inscritos pertencem a três turmas do 3º ano do ensino médio e terão, nos próximos noventa dias, aulas de matemática, português, física, química e biologia. O objetivo do curso é aprofundar os conhecimentos adquiridos no 1º e 2º anos do ensino médio e preparar os jovens para o mercado de trabalho e o vestibular. Agora, a deputada espera que outras escolas do Estado possam dispor dos cursinhos pré-vestibulares. A próxima turma deverá ser instalada no colégio Celso Ramos, em Joinville, anuncia Odete. (Ivan Pimentel, assessor de Imprensa da deputada Odete de Jesus)

DEFENSORIA PÚBLICA

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou o pedido do deputado Décio Góes (PT) para a realização de audiência pública para debater a criação do Fundo Especial da Defensoria Dativa. A reunião será na próxima quarta-feira (26), às 9h30min, na Assembléia. O Fundo se destina a complementar os recursos financeiros indispensáveis ao pagamento da remuneração dos advogados que exercem as funções de Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita. Outra questão que deverá entrar em pauta é a criação da Defensoria Pública para prestar assistência judiciária integral e gratuita às pessoas carentes. A defensoria pública está estabelecida na Constituição Federal, e Santa Catarina é o único estado em que ainda não foi implantada. Para suprir a ausência de uma defensoria pública no Estado, foi criada a Defensoria Dativa, uma assistência gratuita prestada pela OAB/SC e remunerada pelo Estado. (Juliana Cláudio, assessora de Imprensa do deputado Décio Góes)

ENGENHARIA AMBIENTAL

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) comemorou a aprovação do curso de Engenharia Ambiental pelo Conselho Universitário da Udesc (Consuni). O curso deve iniciar em agosto de 2008, no Centro Agroveterinário (CAV) de Lages. Os custos para a instalação do curso representam apenas 20% das despesas, uma vez que os laboratórios que atendem graduações em Veterinária, Agronomia e Engenharia Florestal serão aproveitados também para o de Engenharia Ambiental. O deputado espera contar ainda com o apoio dos representantes serranos no Congresso Nacional na captação de recursos para serem aplicados em tecnologias junto ao CAV. O novo curso vai oferecer 40 vagas por semestre, e espera-se uma boa demanda no vestibular, pois a área ambiental oferece boas oportunidades no mercado de trabalho. A atividade é essencial na recuperação de danos ambientais e na preservação de impactos em projetos de grandes obras necessárias ao desenvolvimento. (Carla Rech, assessora do deputado Elizeu Mattos)

VISTORIA DE VEÍCULOS

O deputado Darci de Matos (DEM) solicitou ao governador e ao secretário de Estado da Segurança Pública a contratação de policiais aposentados para trabalhar na vistoria de veículos em Joinville. Também pediu a descentralização dos serviços de vistoria e o retorno deste serviço no distrito de Pirabeiraba.

O parlamentar argumentou que Joinville, cidade mais populosa de Santa Catarina, possui o maior número de emplacamentos de veículos automotores do Estado, mas está com a mão-de-obra defasada. “As filas para a vistoria têm se alongado por centenas de metros, com espera de mais de quatro horas para o atendimento. Somente a contratação imediata de funcionários preparados poderá solucionar este problema”, comentou Darci de Matos. (Domingos Miranda, assessor de imprensa do deputado Darci de Matos)

COMUNIDADE

Fotos: Clélia Maria Braganholo



Aeroclube de Santa Catarina, localizado em São José, tem uma pista que pode receber até aviões de grande porte. Também proporciona lazer, recreação e futuro para muitos jovens



Piloto Rodrigo Carvalho

Da cerca para a cabine

Muitos foram os “pilotos da cerca”, que saíram do anonimato da comunidade e passaram pelo portão para se tornar funcionários ou pilotos. Um exemplo é Rodrigo Carvalho, 24 anos. Ainda pré-adolescente, apaixonado pela aviação e morador do bairro, todo fim de semana ele ia até o aeroclube ver os aviões pousarem e decolarem.

Ficava “na cerca”, admirando, pois não podia passar do portão. Foi tamanho o seu interesse que um dia o convidaram para entrar. Ganhou as primeiras instruções e começou a trabalhar como funcionário. Hoje é secretário da diretoria, formou-se piloto privado e está juntando dinheiro para fazer o curso de piloto civil.

A instituição já fez história. Foi no Aeroclube de Santa Catarina que a primeira mulher piloto de caça do Brasil, Fernanda Kozlowsky Gortz, iniciou sua formação como piloto privado (PP), piloto civil (PC) e instrutora de voo (INVA).

Aeroclube completa 70 anos e está de portas abertas à comunidade

Comemorações se estendem até o dia 23 com exposição de aeronaves

Verlaine Silveira

Há 70 anos, em 21 de setembro de 1937, era inaugurado o Aeroclube de Santa Catarina. A primeira sede era em uma grande área do município de São José, onde hoje fica o bairro Kobrasol. Foi transferido mais tarde para

instalações próprias na estrada geral de Colônia Santana, oferecendo cursos para pilotos e de iniciação à aeronáutica, lazer, recreação e também promovendo um trabalho de inclusão social. A entidade é presidida há oito anos pelo comandante José Wilson Pires e tem 85 associados.

Dentro comemorações de aniversário, que se iniciam neste dia 21 e estendem-se até domingo (23), os visitantes terão a oportunidade de conhecer vários tipos de aviões – como teco-teco, helicópteros, Cessna e muitos outros – seu funcionamento e ainda poderão voar gratuitamente.

Pára-quedaismo e escola de aviação atraem os jovens

O Aeroclube de Santa Catarina localiza-se a 16 quilômetros do Centro de Florianópolis. Tem uma pista de pavimentação asfáltica com 900 metros de comprimento por 18 metros de largura. Em sua sede também funcionam o Clube de Pára-quedaismo, que tem associados

e é independente, e a Escola de Iniciação à Aeronáutica, dirigida pelo professor Alceu Lisboa da Silva.

No momento, 14 alunos de 9 a 17 anos participam da escola. Entre eles há quatro mulheres. Todos irão se formar em dezembro. Lorella Martinelli, de 13 anos,

cujo pai é engenheiro de voo, além de concluir o curso será formada também como monitora de turma, a exemplo de Guilherme Natalino Gonçalves, 16 anos, que já atua como monitor. Além de aprenderem pilotagem e disciplina, esses jovens têm aulas de mecânica e aerodinâmica.



Pista também é alternativa de pouso

O Comandante Pires, que está há 15 anos no Aeroclube, lembra que as instalações e pista permitem que o local sirva como alternativa de pouso para qualquer aeronave que não seja a jato. Muitas indústrias de Palhoça e São José, empresários e executivos da Região Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina usam o aeroclube para deixar suas aeronaves.

“Temos dez hangares. Um deles usamos para o Aeroclube, que tem oito aeronaves, e junto está instalada a secretaria. Os outros nove hangares são locados, usados pelas 44 aeronaves de associados”, relata Pires. O local ainda tem um restaurante e um prédio para a sala de aula.



Comandante José Wilson Pires

ONDE FICA

Estrada Geral de Colônia Santana
Município de São José
Fone/fax: (48) 3257-0400
Caixa Postal 641
CEP 88.010-490 - Florianópolis/SC